



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO**

**[TATU]**

**(depoimento)**

**2016**

**CEME-ESEFID-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA



**Projeto:** Garimpando Memórias

**Número da entrevista:** E-672

**Entrevistado:** Pedro Osmar Flores de Noronha Figueiredo

**Nascimento:** 09/10/1979

**Local da entrevista:** Faculdade de Educação Física, Universidade de Brasília

**Entrevistadora:** Christiane Garcia Macedo

**Data da entrevista:** 17/03/2016

**Transcrição:** Letieli Cristina de Souza

**Copidesque:** Suellen dos Santos Ramos

**Pesquisa:** Letieli Cristina de Souza

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 48 minutos e 24 segundos

**Páginas Digitadas:** 15 páginas

**Observações:**

O entrevistado realizou algumas alterações após a leitura da entrevista transcrita.

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Formação; Movimento Estudantil; Experiência Docente; Base para o Programa Esporte e Lazer da Cidade; Encontros de Formação; Formações; Mestrado; Especialização; Organizações Não-Governamentais; Esporte e Lazer; Entidades e Convênios, Núcleos; Formação de Agentes Sociais; Novos Formatos de Formação; Divisão entre Grupo Formador.

Brasília, 17 de março de 2016. Entrevista com Pedro Osmar de Noronha Figueiredo [Tatu] a cargo da pesquisadora Christiane Garcia Macedo para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

C.M. – Pedro, primeiro muito obrigada pelo seu tempo e eu queria que você começasse falando um pouquinho sobre como-foi a sua formação.

P.F. – Primeiro é um prazer estar fazendo parte dessa pesquisa porque acho que é fundamental que se garanta a memória do PELC<sup>1</sup>, para que se conclua esse registro e se consolide uma memória que não se perca essa riqueza desses anos todos que o Programa vem se estabelecendo. Sobre minha formação: eu entrei na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília em 1997 e me formei em fevereiro de 2003. Nesse período, o grande diferencial na minha formação aqui dentro, foi o Movimento Estudantil. Fui presidente do Centro Acadêmico em 1999 e, depois em 2000, parte da Executiva Nacional dos Estudantes de Educação Física, quando pude ampliar um pouco a minha percepção da Sociedade e da Educação Física. Aqui dentro, a gente formou um coletivo muito forte, a partir do Movimento Estudantil. E um dos professores, dos poucos professores com os quais a gente se identificou e trabalhou, foi o professor Juarez Sampaio<sup>2</sup>. Em agosto de 2003, eu fui para Recife, morar e trabalhar, porque lá estava acontecendo uma experiência chamada Círculos Populares de Esporte e Lazer (CPEL) da Prefeitura do Recife. Essa experiência, que eu conheci enquanto estudante me encantou. E vários colegas estavam trabalhando nessa política pública e eu fui para lá. Lá, a minha primeira inserção no mundo do trabalho se deu nessa inserção da política do esporte e lazer. Por seis meses eu fui professor no “Espaço Vivo”, espaço na sede do Governo municipal pertencente a creche dos servidores da Prefeitura, de zero a seis anos. Neste mesmo espaço, desenvolvia práticas corporais, de lazer, com trabalhadoras e trabalhadores (terceirizados, comissionados e efetivos) que atuavam na sede na Prefeitura. Depois de seis meses, fui chamado para coordenar um núcleo de esporte e lazer no bairro do Jordão<sup>3</sup>. Esse programa foi um dos que deu à base à construção, de âmbito nacional, do Programa de Esporte e Lazer na Cidade, uma experiência municipal bem-sucedida. E então eu fiquei um tempo como coordenador

---

<sup>1</sup> Programa Esporte e Lazer da Cidade.

<sup>2</sup> Juarez Oliveira Sampaio.

<sup>3</sup> Bairro da cidade de Recife.

do Bairro Jordão e depois eu fui chamado para fazer parte da Diretoria de Lazer como supervisor de três Regiões Políticas Administrativas que continham seis núcleos de esporte e lazer. Posteriormente, houve um reordenamento da estrutura organizativa da Diretoria, que foi a junção dos cargos de supervisores com os de coordenadores. Diante disso, passei a coordenar dois núcleos que era o do Bairro de Areias e o do Bairro do Barro, fiquei mais uns seis meses nisso. Depois fui coordenar, na Rua da Aurora, como coordenador, um núcleo de esporte e lazer com atendimento à meninas e meninos em situação de rua, em parceria com educadores sociais de rua e da Secretaria Municipal de Assistência Social. Então foram dois anos ao total, onde eu mergulhei intensamente nesse trabalho. Pude conhecer, desde a parte teórica, metodológica, mas também do contato com a população e com a realidade das comunidades de Recife em sua totalidade e suas contradições: pobreza materiais e riquezas culturais. Então fui professor, fui educador social, fui coordenador, fui gestor... Nesse período eu nunca deixei de ter contato com as pessoas de Brasília no qual eu tinha formado um coletivo que veio desde a época de estudante. Com oito meses de trabalho lá em Recife, chamei o Leandro Casarin<sup>4</sup>, o Gugu, para ir para Recife também, trabalhar no CPEL. Ficou um ano lá e voltou um pouco antes de mim. Eu fui em agosto de 2003 e voltei em setembro de 2005. Quando eu voltei, o Juarez Sampaio tinha reunido esse grupo que era basicamente de ex-estudantes, recém-egressos que tiveram uma militância estudantil e acadêmica muito forte, para realizar um grande encontro de formação com trezentas coordenadores e agentes sociais de esporte e lazer do Consórcio Brasília<sup>5</sup> já pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), um encontro que ocorreu no Hotel Nacional em Brasília, Se eu não me engano foi em abril desse ano (2005) e eu cheguei em setembro. Quando eu cheguei, já fui incorporado a esse grupo<sup>6</sup> pela minha experiência de Recife. O Leandro também. E a gente começou a discutir essa formação em coletivo. No primeiro momento nós estávamos em doze pessoas. Lá para novembro foi minha primeira experiência de formação. Naquela época a formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade era demandada a partir da universidade, de algumas pessoas (professores ou grupos de pesquisa de referência) e essas pessoas tinham liberdade de formar os seus coletivos, seus grupos. Em alguns lugares a relação era individualizada, mas

---

<sup>4</sup> Leandro Casarin Dalmas.

<sup>5</sup> O consórcio Brasília reuniu um conjunto de ONGs que desenvolveram o projeto piloto no Distrito Federal, do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

<sup>6</sup> Que denominamos inicialmente de Coletivo de Formação ou Coletivo de Articuladores de Formação de Brasília.

aqui em Brasília/UnB, a gente optou por fazer essa questão do coletivo. O pagamento era feito pela entidade conveniada, por hora, para uma pessoa. Então, durante pelo menos dois anos, de 2005 a 2007 (nosso grupo passou de doze para oito), a gente ia para formação em oito, dividia o pagamento de RPA<sup>7</sup> para oito. Então, às vezes, cada um ficava ali com menos de 400 reais, por 32 horas de formação. Mas foi um processo muito rico de construção metodológica e fortalecimento da nossa concepção de lazer, de didática. A nossa metodologia foi muito embasada na perspectiva de Saviani<sup>8</sup> e Vygotsky<sup>9</sup>. O Juarez já tinha uma determinada experiência nessa perspectiva na escola, da aprendizagem, que tivemos contato já na nossa formação inicial (FEF-UnB). Na época de estudante a gente discutia muito essa questão no âmbito da educação escolarizada, mas com outras experiências que a gente tinha, a gente começou a adaptar isso para o âmbito do lazer (como a que tivemos em Recife). Bem, esses foram os primeiros dois anos, que foi até 2007. Ao final de 2007 teve um primeiro edital, para um processo seletivo... Aí que foi a mudança do Secretário Nacional (Lino Castellani Filho). Tivemos aí diversos problemas políticos porque eles tinham dentro de um Ministério uma disputa política que culminou na saída do Lino<sup>10</sup>. Essa disputa política reverberou no grupo de Brasília, porque se tinha uma referência muito grande ao Roberto Lião Junior. Roberto era assessor do Lino e tem uma história de luta e de construção política com o Juarez<sup>11</sup> e conseqüentemente com o Coletivo de Brasília... Quando eu vim de Recife, eu já vim com outras referências também e me juntei ao grupo de Brasília. Então eu tinha determinada referência ao Roberto Lião e uma determinada referência ao grupo de Recife, na qual tinha o Marcelo Russo<sup>12</sup> como representante no Ministério do Esporte. E isso causou e aqui, num conflito interno do Ministério, eles estavam em lados opostos. [silêncio] E a gente queria desenvolver um projeto, a proposta de formação... A gente não tinha um vínculo partidário e um vínculo estabelecido diretamente político. A gente tinha as referências de pessoas que estavam lá, mas a gente tinha autonomia no nosso trabalho. Sempre foi assim. Só que mesmo assim por dentro do Ministério do Esporte, nós sofremos algumas pressões, questionamentos e

---

<sup>7</sup> Recibo de Pagamento Autônomo.

<sup>8</sup> Dermeval Saviani.

<sup>9</sup> Lev Vygotsky

<sup>10</sup> Lino Castellani Filho.

<sup>11</sup> Os dois foram gestores no Governo Cristovam Buarque, a época no PT. Foram gestores no Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação - DEFER (órgão que desenvolvia a política distrital de Esporte) e do CIEF (a frente da política de Educação Física e Esporte Escolar)

<sup>12</sup> Marcelo Pereira de Almeida Ferreira.

que influenciaram diretamente no trabalho. Muito por causa dessas disputas políticas por alto. Em 2007 houve a primeira seleção do edital do PELC. Foi quando desse grupo de oito, três pessoas ficaram de fora. O Hebert<sup>13</sup> por opção, acho que o Dori<sup>14</sup> por opção também e o Julinho<sup>15</sup> por...[silêncio] Ele foi a pessoa, o Júlio foi a pessoa que fez toda a organização para que a gente se inscrevesse no processo seletivo. Foi o primeiro a se inscrever, mas ele foi desqualificado. A justificativa dada pelo ME, foi que a inscrição dele não foi realizada de forma correta. A gente não tem como afirmar se foi uma retaliação política, mas esse foi o sentimento que a gente teve na época. Mas continuamos, se eu não me engano, eu, o Juarez, acho que o Arthur<sup>16</sup> ou José Montanha<sup>17</sup>. Nessa época o Leandro Gugu estava no Ministério do Esporte, foi chamado pela Rejane<sup>18</sup> para trabalhar lá. E o Daniel<sup>19</sup>. Ali foi o momento no qual tentou-se unificar o grupo nacional de formadores. Uma proposta de formação que não destoasse tanto de região para região. Foram selecionados na época eu lembro que eram oitenta e oito pessoas. Posteriormente entraram pessoas sem terem passado pela seleção, por laços políticos. Umas duas pessoas. Este processo foi um pouco tumultuado porque a decisão por fazer a formação era da entidade conveniente. Então as pessoas entravam em contato com o formador que faziam a formação numa relação direta, tendo o Ministério do Esporte somente como supervisor da formação, na aprovação da proposta de formação e dos relatórios. Como a gente teve e tem um vínculo político muito forte no Distrito Federal, nosso coletivo foi chamado desde as primeiras formações, para realizar as formações com as entidades ligadas ao Distrito Federal e Entorno<sup>20</sup>... Foi de certa maneira natural que as referências das entidades convenientes se dessem pelo vínculo da UnB<sup>21</sup>. Então nós fomos muito chamados nessa época. *Muito*. A ponto, eu creio, de criar ciúmes também de outros formadores que não fizeram formação nenhuma ou pouco fizeram. Porque não existia... Não existia diretamente uma organização da gestão, isso ficou muito solto. A gente percebeu isso e não achava isso saudável, mas nós éramos oito e a gente dividia as formações entre a gente. Às

---

<sup>13</sup> Heberth da Silva Mustafa.

<sup>14</sup> Dori Alves Júnior.

<sup>15</sup> Júlio César Cabral da Costa.

<sup>16</sup> Arthur José Medeiros de Almeida.

<sup>17</sup> José Manoel Montanha Soares.

<sup>18</sup> Rejane Penna Rodrigues.

<sup>19</sup> Daniel Cantanhede Behmoiras.

<sup>20</sup> Entorno é o termo popular da RIDE, que compõe os municípios do Estado de Goiás que ficam ao “entorno” do Distrito Federal;

<sup>21</sup> Universidade de Brasília.

vezes, aí (nesse novo momento) a gente já ia em três, em dois, em quatro. A gente tentava fazer uma formação um pouco mais ampliada. As retaliações ainda continuaram acontecendo, por exemplo, tal pessoa me ligava e falava: “Tatu, gostaria que você fizesse a formação para a nossa entidade, mas o fulano de tal do Ministério me ligou e oferecendo outro formador para poder atuar”. Então esses conflitos aconteceram... O que eu estou falando aqui é o que eu passei, inclusive, isso gerou diversos conflitos internos nossos. Nesse período eu passei no mestrado, em 2007. Já no meio de 2007 um pouquinho antes do edital, eu passei no mestrado com a professora Dulce<sup>22</sup> para discutir meu objeto de pesquisa que era a própria formação no Programa de Esporte e Lazer da Cidade. E desde 2006, a Rede Cedex<sup>23</sup> que a Dulce coordenava tinha essa dupla vinculação: nós tínhamos o braço da formação, mas tinha um braço da pesquisa. O Juarez coordenava o braço da formação e a Dulce coordenava com o braço da pesquisa. E eu me inseri nesse processo e resolvi investigar o PELC. Foi muito rico! A Dulce tinha conseguido um grande financiamento com uma pesquisa sobre o PELC. Essa pesquisa resultou em três livros. Eu ajudei a organizar um desses livros<sup>24</sup> com ela e ter capítulos nesse<sup>25</sup> e nos outros dois<sup>26</sup>... O coletivo de formação publicou e registrou as suas experiências também nos CONBRACES<sup>27</sup> onde apresentamos trabalhos<sup>28</sup>; como também em outros espaços<sup>29</sup> e a

---

<sup>22</sup> Dulce Maria Figueira de Almeida.

<sup>23</sup> Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

<sup>24</sup> ALMEIDA, Dulce Figueira; NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro Fernando (orgs.). *Política, lazer e formação*. Brasília: Thesaurus, 2010.

<sup>25</sup> FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; Dulce Maria Figueira de ALMEIDA. Educação e formação dos trabalhadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade”. In: ALMEIDA, Dulce Figueira; NERI, Ana Amélia; FIGUEIREDO, Pedro Osmar; ATHAYDE, Pedro Fernando (orgs.). *Política, lazer e formação*. Brasília: Thesaurus, 2010.

<sup>26</sup> SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; DALMAS, Leandro Casarin; ALVES Júnior, Dori; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; MUSTAFA, Heberth da Silva; DA COSTA, Julio César Cabral. *Formação de agentes sociais: os núcleos de esporte e lazer do Distrito Federal e Entorno*. In: SUASSUNA, Dulce Maria Figueira de Almeida; AZEVEDO, Aldo Antônio de Azevedo. *Política e lazer: interfaces e perspectivas*. Brasília: Thesaurus, 2007a.;

HÚNGARO, Edson Marcelo; LIÃO JÚNIOR, Roberto; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; SAMPAIO, Juarez de Oliveira. *O Programa Esporte e Lazer da Cidade no Distrito Federal e a sociedade civil organizada* In: ALMEIDA, Dulce; FERES NETO, Alfredo (Orgs.). *Esporte e Lazer: a cidadania em construção*. Brasília: Thesaurus, 2012.

<sup>27</sup> Congresso Brasileiro de Ciências de esporte, organizado pelo CBCE

<sup>28</sup> SAMPAIO, Juarez de Oliveira; LIÃO JR, Roberto. O Consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no Distrito Federal e entorno. In: CASTELLANI FILHO, Lino. *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; ALVES JÚNIOR, Dori. Reflexões e Diálogos sobre Corpo, Gênero e Violência no Processo de Formação do Programa Esporte e Lazer da

gente tem esse processo todo registrado. Então, o meu vínculo com a universidade, ela se deu muito próxima... Eu me considerava muito mais trabalhador estudante do que um estudante trabalhador. Sabe, eu era uma pessoa que trabalhava e que buscou a universidade para poder refletir teoricamente. Nesse mesmo período de 2006 para 2007 eu passei, fui convocado no concurso público para ser professor da Secretaria da Educação, então, atuava como professor da rede pública e nos estudos da pesquisa e formação pelo PELC. Bem, em 2009 eu terminei o mestrado. O PELC sempre teve uma política de formação que obrigava e que incentivava que os formadores tivessem algum vínculo com a universidade no processo de formação, então, assim que eu acabei o mestrado eu entrei numa especialização em Educação para a Diversidade e Cidadania na Universidade Federal de Goiás, vinculada ao Direito (área de Direitos Humanos) Fui fazendo isso, eu sempre estive

---

Cidade. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007.

LIÃO JÚNIOR, Roberto; SAMPAIO, Juarez de Oliveira. Consórcio Brasília: Espaço de Construção e Intervenção de uma Política Pública de Esporte e Lazer no Distrito Federal e Região do Entorno. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007.

SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; DALMAS, Leandro Casarin; ALVES Júnior, Dori; BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; MUSTAFA, Heberth da Silva; DA COSTA, Julio César Cabral. "Formação de agentes sociais do Programa Esporte e Lazer da Cidade do DF e Entorno: um trabalho coletivo. Recife: Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2007b.

LIÃO JR, Roberto, BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. Controle Social na Perspectiva do Programa Esporte e Lazer da Cidade, Salvador: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2009.

LIÃO JR, Roberto, BEHMOIRAS, Daniel Cantanhede; SAMPAIO, Juarez de Oliveira; FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha; Fórum Popular e Permanente de Esporte e Lazer no DF: A luta pela hegemonia e a perspectiva da socialização da Política. Porto Alegre: Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011.

LIÃO JÚNIOR, Roberto. Hegemonia e contra-hegemonia na construção de políticas de Esporte e Lazer: a experiência do Consórcio Brasília. Tese de Doutorado: Campinas, SP, 2013. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2011.

<sup>29</sup> SAMPAIO, Juarez de Oliveira; LIÃO JR, Roberto. O Consórcio Brasília e a formação de agentes sociais no Distrito Federal e entorno in CASTELLANI FILHO, Lino. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007.

CASTELLANI FILHO, Lino; LIÃO JÚNIOR, Roberto, FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha, SAMPAIO, Juarez Oliveira. *A Formação dos Agentes Sociais na Gênese do Projeto Social Esporte e Lazer da Cidade: indução como responsabilidade do Estado*. In: PINTOS, Ana Elenara da Silva (Org.); ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). Formação de Agentes Sociais dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida saudável (VS): *Trajatória, Memória e Experiências*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016. v. 1

vinculado, continuei fazendo disciplinas como aluno especial para o Doutorado. Assim que eu acabei essa primeira especialização (2012), o Sindicato dos Professores (SINPRO-DF) junto com a Universidade Federal de Tocantins abriu uma especialização em Gestão Escolar e Temas Contemporâneos, que eu já entrei. Então eu fiz duas especializações, nesse período entre mestrado e doutorado. Em 2010 ocorreu um novo edital (processo seletivo) onde a UFMG<sup>30</sup> começa a coordenar esse processo de formação e nesse momento, o Juarez e o Daniel optam por se retirar por estarem em outros projetos. Eu e o Arthur continuamos. Então, foi mais ou menos o resquício do trabalho desse coletivo que acabou se resumindo a nós dois, mas de certa forma, nós ainda debatíamos, ainda nos sentíamos representantes desse coletivo e como um braço desse coletivo que se expandiu também e começou a atuar em outros espaços. Em 2010, eu considero que houve um grande avanço. Foi a organização das formações a partir de uma organização equilibrada de não favorecimento dos formadores nem por parte das entidades convenientes no qual em alguns momentos se tinha isso, nem por parte de gestão do Ministério do Esportes que muitas vezes enviesava essa formação. E de lá para cá continuei... Teve algumas renovações. O Arthur pediu o afastamento dele tem uns dois anos, então, hoje eu sou o único membro remanescente desse Coletivo da Formação. Represento esse Coletivo porque faz parte da minha formação, mas ao mesmo tempo eu considero que houve um avanço no sentido da organização da formação, no sentido de se garantir que os editais acontecessem; hoje há um grupo bem reduzido de formadores - são cerca de vinte - mas existe uma coesão pedagógica apesar de ter diferentes matrizes filosóficas e políticas ali hoje representados e que o eixo de fundamentação teórica tenha se deslocado. A concepção de lazer, o entendimento da proposta hoje ele tem como hegemonia o que se apresenta na UFMG. Um pouco diferente da minha fundamentação teórica (materialismo histórico dialético), mas que não vejo como antagônico. Eu vejo como perspectiva crítica ainda, eu vejo que contribui e avança o desenvolvimento da política do esporte e lazer. E esse é o principal objetivo. Esse foi sempre o nosso principal objetivo dentro de DF<sup>31</sup> porque quando a gente entrou nessa, a gente entrou porque nós tínhamos anos e anos de ausência de uma política pública de esporte e lazer, de um programa social de esporte e lazer no DF. Uma ausência de uma concepção crítica do esporte e lazer no DF; nós tínhamos pequenas ações governamentais e o foco muito no alto rendimento e atividades restritas. Aqui no DF,

---

<sup>30</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>31</sup> Distrito Federal.

por exemplo, sempre que tinha apenas o DEFER como espaço público onde os professores da Secretaria de Educação atuavam com a comunidade, mas ainda muito restrito. Um orçamento gigantesco comparativamente com outras unidades da Federação e, na verdade, uma falta de política. E aí uma falta de interesse do governo local (e incompatibilidade de projetos políticos) de fazer parceria com o governo federal. Quem nós tínhamos aqui como Governador na época era o Roriz<sup>32</sup> e depois o Arruda<sup>33</sup>, eles privilegiavam muito o futebol profissional. O esporte e lazer locais se desenvolvia muito pelas ONGs., geral desenvolvido mais por ONGs<sup>34</sup> que buscaram e que tinham interesse em desenvolver o PELC. E nesse processo todo tivemos algumas boas surpresas e algumas boas decepções. Parte dessas ONGs, a gente percebeu que tinham interesse de se manter enquanto uma força local, mas não tinham muito compromisso com trabalho finalístico do PELC e outras que desenvolveram e fizeram formação continuada e que ampliaram, elevaram culturalmente e politicamente o esporte e lazer nas suas regiões. Então assim, a gente percebeu também o limite que tem a formação. A gente vinha no sentido de fazer uma formação de âmbito crítico que buscasse uma consciência de classe e de luta pelo direito ao esporte e lazer, que contribuísse para a transformação da concepção do esporte e lazer daquela comunidade, mas dependia muito da equipe gestora da ONG. Algumas queria isso, enquanto outras tinham fins meramente políticos eleitoreiros. Então, nesse período muitas ONGs que tiveram vários convênios com o Ministério do Esporte, experiências de vários anos com o PELC e que não resultou numa apropriação dessa concepção que a gente acreditava. Apesar de que, se não houve a partir de algumas equipes gestores isso, alguns agentes sociais de esporte e lazer conseguiram sim ter essa concepção ampliada, fizeram faculdade, viraram gestores. Então a gente encontra até hoje aí pessoas dizendo para gente que as formações e o PELC foram de fundamental importância na vida deles. Muitos aprenderam a fazer projetos e são lideranças dessas comunidades. Mas eu falo um pouco dessas decepções de que o fortalecimento de uma rede ampliada de esporte e lazer numa concepção crítica não foi efetivada. Ao mesmo tempo a gente sabe que ao longo desse tempo o PELC teve um impacto positivo na vida de muitas pessoas, principalmente dos agentes sociais que se reconheceram enquanto trabalhadores da área e que buscaram a partir do PELC. O PELC foi o grande “start” deles porque muitos deles já eram

---

<sup>32</sup> Joaquim Roriz.

<sup>33</sup> José Roberto Arruda.

<sup>34</sup> Organização Não Governamental.

trabalhadores da área, mas limitados a sua prática e se tornaram verdadeiras lideranças esportivas culturais da cidade. E, às vezes, até política.

C.M. – Pedro, esse grupo dos doze, ele foi o primeiro grupo de formação do PELC ou teve algum antes?

P.F. – Se eu não me engano no encontro de formação que eles fizeram no Hotel Nacional que foi para trezentos agentes sociais, o que aconteceu: o primeiro convênio do Ministério com Brasília foi a partir de uma entidade que tinha outras sete entidades. Era um consórcio de entidades. Se eu não me engano foram dezesseis pessoas para essa formação. Eu não estava. Estava em Recife. Tiveram outros coletivos fortes também que a gente... Eu lembro do Pará e do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul veio um pouco posteriormente, desses primeiros anos. Mas no Pará também estava desde o começo, então, eu não sei te dizer como é que foi isso. De dezesseis dessa primeira formação, fomos para doze e depois para oito formadores, que foram os que mais se envolveram, desenvolveram e fortaleceram. Mas teve nesse processo, no total se a gente for considerar todo mundo que passou de algum processo de formação daria para dezesseis, dezessete, até dezoito pessoas.

C.M. – E qual que era a concepção do PELC nesse início?

P.F. – O PELC tinha definido sua concepção no seu documento de orientação... As seis diretrizes são as mesmas até hoje. O que tem hoje diferente do que tinha no início foi a municipalização que virou autogestão. Nesse período houve a inclusão do PRONASCI<sup>35</sup>. As diretrizes do PRONASCI também incorporaram. Você tinha ali o embrião do Vida Saudável, mas por dentro do PELC. Você tinha concepções de lazer, por exemplo: aparecia especificamente a concepção do Fernando Mascarenhas (2003, p. 97), “fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassado por relações de hegemonia<sup>36</sup>”, estava ali, mas assim, eu ainda preciso recuperar minha memória. Não é das melhores neste sentido. Nos documentos os autores apareciam,

---

<sup>35</sup> Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

<sup>36</sup> MASCARENHAS, Fernando. *Lazer como prática de liberdade: uma proposta educativa para a juventude*. Goiânia: Editora UFG; 2003.

apareciam também fruto dessas diferenças que a gente tinha no campo político, mas fundamentalmente o lazer tinha uma concepção crítica, entendedora de uma realidade que transforma o lazer em mercadoria e que era necessária uma perspectiva que fortalecesse o lazer na perspectiva da cidadania, do acesso ao direito ao lazer. Uma concepção de lazer ampliada entendido nos seus diferentes interesses culturais e não só no foco esportivo, porque parece para gente que está no dia a dia que isso era uma questão tranquila. Mas o lazer dentro do Ministério do Esporte... Ele tem no esporte essa concepção hegemônica do alto rendimento e se vislumbrando cada vez mais o esporte espetáculo como única possibilidade e o lazer encontrava alguma resistência em alguns espaços de discussão. O esporte recreativo na sua figura era um pouco menos valorizado. Inclusive isso acontecia nas Conferências de Esporte<sup>37</sup>, por exemplo em 2004 em 2006, buscamos incluir o termo lazer na Conferência do Esporte. Se falava: “Estou no Ministério do Esporte, há uma concepção de esporte, mas cadê o espaço do lazer nisso?” Tudo foi fruto de disputa política para se garantir o lazer nessa concepção que o PELC apresentava como um programa do Ministério do Esporte. Quando ampliou esse grupo de 2008, percebe-se que a influência de Marcellino<sup>38</sup> enquanto um grande teórico na área do lazer. E começa a tomar mais força as pessoas que têm nessa base um trabalho muito forte também. Então, eu me lembro em 2007 você ter o Marcellino, o Fernando Mascarenhas, a Valquíria Padilha, Marcelo Melo, o pessoal da UFMG, estávamos todos ali presentes. Eu considero que foi uma riqueza tremenda porque ali se mostrava os principais autores e concepções de lazer numa perspectiva que poderia ter suas diferenças na discussão de bases e lazer, mas se apresentava com a possibilidade mais progressista da área.

C.M. – E as formações eram feitas para quem, desde o início?

P.F. – Fundamentalmente, no início as formações eram feitas para as entidades convenientes. As que fizemos eram para ONGs que tinham esses convênios com o Ministério do Esporte para execução do PELC. Na formação participavam os gestores locais, os coordenadores gerais de núcleo e agentes sociais. Sempre que a gente fazia as formações, a gente pedia para as pessoas convidarem mais gente, então, tinha as entidades de cultura social, tinha gente da comunidade e lideranças de comunidade. Os grupos

---

<sup>37</sup> Conferência Nacional do Esporte.

<sup>38</sup> Nelson Carvalho Marcellino.

culturais locais que não necessariamente atuava diretamente... Naquela época a gente juntava duas entidades porque como começou com um consórcio então eram sempre grandes formações. Quando começaram a fazer cada entidade, na época eram sete entidades em um consórcio. Essas sete pegaram convênios posteriores de forma individualizada, mas a gente ainda tentava nesse início fazer formações juntas com mais de uma entidade: duas, três entidades. A gente fez durante um bom tempo, de um ano há dois anos. Então, juntava diferentes realidades, juntavam-se diferentes atores ali. Era mais ou menos isso...

C.M. – É. E vocês chegaram a conhecer núcleos ou...

P.F. – Sim. O convênio durava na época um ano no máximo, começou com oito meses. Aí foi para dez meses, foi para doze meses. O que a gente fazia, tinha momentos que a gente formulou, isso está registrado também. A gente dividia a carga horária de formação (32 horas + 32 horas) e em vários momentos de ida aos núcleos. Eram momentos que a gente tinha essa divisão do Módulo Introdutório e do Módulo de Avaliação, foi uma conquista e foi uma experiência naquela época. Ainda que depois a gente batalhou, porque o modelo principal era um Módulo Introdutório e um Módulo de Avaliação e precisa ir nos núcleos conhecer a realidade, voltar e repensar, ter contato, então, a gente meio que teve algumas experiências. Foram poucas, porque depois a gente foi chamado no Ministério para aquela unificação que não podia funcionar mais do jeito que fazíamos. Mas depois a gente pegava trinta e duas horas no Módulo Introdutório: fazia dezesseis horas, depois a gente voltava oito horas, e de novo voltava mais oito horas um tempo depois. Nesse período é que a gente fazia as visitas, conhecia os núcleos, conversava com a comunidade. O Módulo de Avaliação também a gente dividia, então, a gente passava assim: dez meses, a gente ia seis vezes, oito vezes. Nessas oito horas era onde a gente fazia oficinas de conversas no núcleo, com a comunidade muitas vezes.

C.M. – Tinha alguma discussão dos princípios, dessa questão conceitual do lazer?

P.F. – Sim, não mudou muito o que a gente fazia. A base, ela é muito parecida. A gente tinha discussões dos princípios, das diretrizes; nós tínhamos as discussões dos conceitos de lazer, cultura e esporte; nós tínhamos discussões sobre a organização do trabalho

pedagógico; sobre a prática pedagógica; sobre cidades, sobre gênero, sobre políticas públicas, audiovisual, dança, práticas corporais diversificadas, sobre a organização de eventos. A gente fazia oficinas no qual a gente montava e construía com eles um plano de oficina, relatos de experiências e ao mesmo tempo a gente executava isso ou executava na outra vez que a gente se via. Então, assim, de maneira geral, começamos a inovar. Por exemplo, teve entidades que a gente fez para o terceiro convênio, e gente não podia dar a mesma formação que a gente tinha dado já no ano anterior. E essa mudança foi legal porque a gente fez uma segunda proposta de aprofundar algumas outras questões e conseguir trabalhar o pedagógico; a gente ia aprofundar o planejamento participativo, a formação continuada... A gente teve algumas experiências onde trazia alguns convidados para trazer outras experiências, por exemplo, a Raquel Martins<sup>39</sup> não era formadora do PELC - nessa época ainda não tinha edital – ela é professora de Educação Física com Mestrado em Artes pela UnB. Ela foi do CBCE<sup>40</sup> na UNICAMP<sup>41</sup>. A gente conhece ela por outras relações e ela fazia mestrado em Artes e a gente sempre levava ela na segunda ou terceira formação onde tinha a dança, arte e esporte. A gente fazia uma oficina de dança. A gente trouxe o Gil Toni Sampaio<sup>42</sup> que ele era o técnico de cinema do SESC<sup>43</sup>. E fazíamos oficinas de audiovisual, a gente fez alguns pequenos documentários do PELC a partir da formação. Eles mesmos construíram roteiro e tal. A gente fez umas três, quatro experiências dessas. A gente sempre trazia alguma coisa nova, por exemplo, até no modelo de formação do PELC a gente tinha uma Oficina sobre Direito à cidade. A gente implementou a questão da discussão do direito à cidade dentro do PELC, uma oficina muito bacana. Oficina sobre Gênero, violência, nós criamos... Inclusive eu e Dori escrevemos um texto apresentado no CONBRACE<sup>44</sup> e no Segundo Encontro Nacional do PELC sobre como era essa oficina, foi um relato de experiência da oficina. Então algumas coisas a gente foi implementando para fortalecer a questão dos princípios, das diretrizes, dos conceitos, isso tudo ainda era alvo da base do PELC, então, foi uma experiência muito rica assim, para todos nós. Eu falo que eu estou envolvido com política do esporte e lazer desde 2003 que foi o ano em que eu me formei. Já fazem treze anos. Meu mestrado foi

---

<sup>39</sup> Raquel Martins de Assis.

<sup>40</sup> Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.

<sup>41</sup> Universidade Estadual de Campinas.

<sup>42</sup> Nome sujeito a confirmação.

<sup>43</sup> Serviço Social do Comércio.

<sup>44</sup> Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. <http://www.cbce.org.br/docs/cd/resumos/208.pdf>

sobre o PELC, minhas publicações na sua maioria, pelo menos até 2014 foram sobre o PELC. O envolvimento que a gente teve e tal foi inclusive de transformação pessoal. Quando a gente se vê estagnado e em alguns encontros do PELC até hoje quando eu me sinto assim eu falo, mas eu vejo que ainda há construção, ainda há fôlego, ainda há coisas a construir e a maior necessidade que eu sinto e que eu vejo que muitas pessoas sentem é a necessidade de consolidar o PELC como uma política pública de Estado. Eu acho que essa é ainda a minha grande motivação em ver, quando eu vejo Ana Elenara<sup>45</sup> na área trabalhando lá, buscando, o Hélder Isayama e a equipe da UFMG batalhando... E eu reconheço nela (Ana Elenara), uma pessoa de fundamental importância neste processo e de buscar, por exemplo, o registro do agente social do esporte e lazer no Ministério do Trabalho, apesar de hoje estarmos em uma situação muito frágil institucionalmente. A gente vê ainda um pouco disso. Eu acho que o grande problema do PELC foi briga interna da área. Isso não tem um culpado ou dois culpados. Foi um processo histórico, creio que se deu assim, mas que a gente hoje vê no governo Lula<sup>46</sup> e Dilma<sup>47</sup> que em várias áreas de vários eixos se perdeu a grande oportunidade de se fazer uma mudança radical no tratamento das políticas do país. E a gente vê aí o esfacelamento de várias outras políticas e no esporte não é diferente. Isso aconteceu com o Programa Segundo Tempo. Na minha ótica eu vejo o Esporte e Lazer na Cidade ainda sobrevivendo pela única e grande razão de ser um grande programa. De ser um programa que foi muito bem desenhado, um programa que tem realmente feito um grande impacto na cidade. A gente vê isso! Eu tive ainda algumas experiências ruins. Ruins, mas assim, é porque o município tem que ser muito ruim, o corpo técnico tem que ser ruim porque o PELC oferece grandes possibilidades de se fazer um bom trabalho. O que me dá ânimo de continuar, de permanecer é isso, é de ver consolidado o PELC como uma política pública reconhecida porque você vai em vários lugares e as pessoas ainda não conhecem o PELC. Aqui no DF nunca teve o PELC e depois que acabou lá no ano de 2010, nunca se teve interesse institucional de ter o PELC pelo governo do estado. Inclusive quando passou o governo do PT<sup>48</sup> aqui, que é o mesmo da presidente. O do PSB<sup>49</sup> agora. O Arruda<sup>50</sup> ainda levou o Segundo Tempo para a escolas

---

<sup>45</sup> Ana Elenara da Silva Pintos.

<sup>46</sup> Luis Inácio da Silva.

<sup>47</sup> Dilma Rousseff.

<sup>48</sup> Partido dos Trabalhadores.

<sup>49</sup> Partido Socialista Brasileiro.

<sup>50</sup> José Roberto Arruda.

do DF, mas nunca ocorreu a ordem de início. Veio o dinheiro e a gente não sabe o que aconteceu com isso. Mas assim, quando se esperava que viesse o PELC, não veio. Se espera agora que teve um edital recente que parece que o governo do Distrito Federal vai tentar, mas aí tem que entrar as capitais, nas capitais tem que irradiar para as cidades porque eu acho que ainda é o único sopro que existe na perspectiva de esporte e lazer como direito. Que os megaeventos dominaram a pauta política nacional de uma forma que esse é o nosso único sopro de resistência acredito na área do esporte e lazer.

C.M. – Pedro, a formação você disse que no início quem decidia o formador era a entidade conveniente. Isso mudou quando?

P.F. – A definição de quem poderia atuar nas formações foi uma demanda induzida do Ministério no início, que se articulou um pouco por entidade ou por referências da área ou ligados à universidade. Aqui foi porque tinha um núcleo da Rede Cedes, o Juarez tinha uma grande de experiência na área e ligado ao UnB, então se formou aqui um Coletivo de formação ligado a Rede Cedes para atuar nas formações. Até 2010, o convênio, a entidade, uma ONG ou prefeitura fazia convênio com o Ministério do Esporte e se tinha uma lista de formadores com os telefones que eram disponibilizados e por conta própria a entidade pegava e ligava para alguém e marcava a formação. O pagamento era feito por RPA, por trabalho específico pago pela própria entidade. Isso nós tivemos vários problemas, nós tivemos entidades que não pagaram a gente. Aqui no Distrito Federal e que depois de não ter pagado a gente e ter dado problema no encerramento, depois nessa mesma entidade, esse mesmo gestor usava outra entidade para pegar o mesmo convênio e chamar a gente de novo. Então, teve algumas questões de dificuldade ainda de fiscalização no início do Programa. Mas isso ficava a cargo da entidade. E várias entidades tiveram o convênio cancelado por falta de conseguir desenvolver, então o Ministério intervia e falava: “Você não tem condição!” Teve isso também. [TRECHO INAUDÍVEL].

C.M. – Em 2010 quem passa a escolher o formador?

P.F. – Começa a se ter duas situações: Primeiro, a entidade conveniente não é a mais a que paga. A gente passa a receber uma bolsa do órgão da UFMG, da FUNDEP<sup>51</sup> da UFMG. E o comitê gestor da UFMG que passa a tentar equilibrar esses pedidos. O pedido era feito para o Ministério, o ministério passava para a UFMG, a UFMG entrava em contato com os formadores. O legal de tudo isso eu acho que foi a transparência que se tinha, porque nos encontros formadores diversas vezes se mostrava: “O Tatu foi dez vezes o outro foi nove, o outro foi oito, o outro foi doze”. E acabou essa coisa da cobiça, de busca por um... E isso nunca foi nosso interesse, tanto que a gente dividia o pagamento por oito pessoas. Muitas vezes, o Juarez era chamado sozinho; ele poderia fazer sozinho a formação e ficar com o pagamento para ele, mas não, era uma perspectiva de formação, de coletivo, uma ação política porque a gente acreditava nisso. Então, eu acho que a grande questão do coletivo é que o Coletivo acreditava no PELC. Tem gente que não gosta nem que fale PELC porque a nomenclatura PELC veio já depois quando o Programa Esporte e Lazer na Cidade não tinha ainda a sigla. Mas é mais fácil de falar mesmo. O Programa não foi muito feliz no nome, eu acho. Você tinha realmente o compromisso político de se ver um programa como esse se espalhar pela cidade porque a gente acreditava no Programa e esse era o grande diferencial que se tinha. Eu digo em 90% cento, 80% dos formadores estavam ali, mas também chegamos a ouvir de pessoas, por exemplo dizer: “Esse pessoal de Brasília é burro, podia estar ganhando dinheiro e não está”. A gente ouviu isso. Mas era isso, a gente estava com compromisso político com o projeto.

C.M. – Tem mais alguma coisa que você gostaria de registrar?

P.F. – Eu falei muita coisa, não é? Não sei [pausa]. Não sei se tem mais alguma coisa que você queira saber? Por mim está tranquilo.

C.M. – Eu acho que era isso mesmo, então, muito obrigada.

[FINAL DA ENTREVISTA]

---

<sup>51</sup> Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.